

## APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO

## A recusa do trabalho (a experiência revolucionária de Porto Marghera)

Homero Santiago<sup>1</sup>

Em que medida uma luta pode ser qualificada “revolucionária”? Ante a multiplicidade de formas, meios, táticas, objetivos que as lutas diversas assumem, não custa insistir (com perdão do truísmo) que luta revolucionária é somente aquela que tem como escopo último, nem circunstancial nem negociável, uma revolução, isto é, a subversão de um dado estado de coisas. Toda luta efetivamente revolucionária é insuflada desde o âmago por uma recusa, justamente *recusa de um presente*: do que está dado, da vida que se tem, da autoridade, da miséria física ou espiritual, e assim por diante. Mas que tipo de recusa? Com efeito, há recusas e recusas e nem todas se equivalem nem se movimentam igualmente rumo à real abolição do presente que deve constituir a tarefa básica, a própria alma de uma luta revolucionária.<sup>2</sup>

Em *Império*, Michael Hardt e Antonio Negri tocavam nessa questão ao tematizar, de maneira geral, a ideia de recusa a partir de duas figuras literárias. Pri-

---

1 Professor do Departamento de Filosofia da USP. Email: homero@usp.br

A produção deste trabalho beneficiou-se de um auxílio do CNPq e uma primeira versão foi apresentada nas Jornadas Antonio Negri, Departamento de Direito, PUC-RJ, Rio de Janeiro, junho de 2011.

2 Recorde-se uma anotação da *Ideologia alemã*: “O comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual.” (Marx e Engels, *A ideologia alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 38, nota)

meiramente, a encarnada por Bartleby, personagem de Herman Melville. Diante de todo e qualquer pedido de execução de uma tarefa, insistente que fosse, Bartleby responde sempre com um indefectível: “eu preferiria não fazer isso”; e age assim, avaliam Hardt e Negri, incondicionalmente, isto é, sem ponderação nenhuma, uma recusa absoluta que “se encaixa numa longa tradição de recusa ao trabalho”. Atitude semelhante àquela que os autores afirmam poder descobrir-se no personagem Michael K., de J. M. Coetzee, com a diferença de que a recusa da autoridade vem nesse caso inversamente combinada à aceitação do trabalho; Michael K. é jardineiro e, num país em guerra, quer apenas cultivar abóboras, cuidar de árvores, e por isso não acata a autoridade.<sup>3</sup> Nesses dois personagens, Hardt e Negri enxergam, sem embargo das diferenças, um modelo de recusa que se inscreve na tradição do repúdio à servidão como expressada por Étienne de La Boétie desde o início da modernidade. Nas “recusas absolutas” desses “homens simples”, dizem, manifesta-se o ódio à autoridade e ao trabalho, a vontade de não mais servir, de ver-se livre, que é o início de um processo de liberação. “A recusa ao trabalho e à autoridade, ou a recusa à servidão voluntária, é o começo da política liberadora”;<sup>4</sup> ou ainda, nas palavras do francês quinhentista: “decidi não mais servir e sereis livres”.<sup>5</sup>

Todavia, se aprofundarmos não tanto na genealogia quanto no potencial dessa recusa, será reconhecer um limite na tomada de posição de Bartleby e Michael K.: a recusa é o começo de tudo, decerto, mas é precisamente apenas o começo. Um passo negativo, imprescindível, porém que só pode encontrar inteira eficácia assumindo um momento positivo. “O que

3 Cf. *Império*. Trad. de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 222-224. As obras literárias mencionadas podem ser encontradas em português nas seguintes edições: Herman Melville, *Bartleby, o escrivão (uma história de Wall Street)*. Trad. de Cássia Zanon. Porto Alegre: L&PM, 2008; J. M. Coetzee, *Vida e época de Michael K.* Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

4 *Império*, ob. cit., p. 223; trad. modificada.

5 Étienne de la Boétie, *Discurso da servidão voluntária*. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 113.

precisamos”, ponderam então Hardt e Negri, “é criar um novo corpo social, projeto que vai além da recusa. Nossas linhas de fuga, nosso êxodo precisam ser constituintes e criar uma alternativa real.”<sup>6</sup>

Não por acaso, é tal aspecto necessariamente positivo da recusa que os mesmos autores colocarão em relevo num trabalho mais recente, *Commonwealth* (ou simplesmente *Comum*).<sup>7</sup> Após a análise da situação imperial (*Império*) e a apresentação da multidão como sujeito político portador de um novo projeto democrático (*Multidão*)<sup>8</sup>, *Commonwealth* demonstra uma enfática preocupação institucional que se revela já desde o título do prefácio (o “devir príncipe da multidão”) até a última parte dedicada à análise de “possibilidades de revolução e processo institucional”<sup>9</sup>, conjunção que salienta que cabe conceber a revolução também como criação, não só destruição, de novas instituições.<sup>10</sup> Ora, onde encontrar esse poder para forjar novas instituições senão nas lutas? Estas, com efeito, e só elas, podem pôr em movimento o processo que solapa o instituído presente ao mesmo tempo em que exercem um poder instituinte. Trata-se de um dos pontos capitais em discussão na mencionada última parte de *Commonwealth*: as formas de lutas contemporâneas avaliadas no que se refere a sua capacidade de unir potencial revolucionário e processo institucional. Um critério que, afirmam os

6 *Império*, ob. cit., p. 224.

7 *Commonwealth* é o título original em inglês; utilizamos aqui a tradução italiana: *Comune. Oltre il privato e il pubblico*. Trad. de Alessandro Pandolfi. Milão: Rizzoli, 2010.

8 *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

9 *Comune*, ob. cit., p. 13.

10 Um pouco afoitamente, por decerto devido ao percurso peculiar de Negri, tende-se a tomar o seu pensamento como simplesmente anti-institucional. É preciso porém ir devagar, pois tudo depende de que instituições falamos. De resto, é o próprio que afirma: “sempre estive convencido de que não se pode sequer falar de comunismo fora das instituições; de que o comunismo é algo de profundamente institucional” (“Dopo il novecento: verso le istituzioni del comune (una conversazione con Antonio Negri)”, em Negri, *Dentro/contro il diritto sovrano. Dallo Stato dei partiti ai movimenti della governance*. Verona: Ombre Corte, 2009, p. 219).

autores, só pode ser satisfeito por lutas que se põem fora e mesmo contra o que denominam “políticas da identidade”.

Segundo Hardt e Negri, seriam “políticas da identidade” lutas marcadas por dois objetivos básicos. O primeiro, a tentativa de *expropriação dos expropriadores*, uma vez que a identidade seria tomada como uma propriedade, a ser possuída e defendida (assim a identidade feminina, a do proletário, etc.); trata-se sempre de recuperar essa identidade, contra os que a exploram (mulheres com relação a homens, proletários com relação a patrões). Daí o segundo objetivo ser a *luta pela liberdade*; não só resgatar a identidade, como também afirmá-la. Por muito tempo, tais lutas se apresentaram como movimentos cuja estratégia era a *conquista do poder estatal* – o caso clássico é o comunista: a libertação da identidade operária, por assim dizer, só se realizaria pela substituição dos patrões pelos trabalhadores nas batutas do poder, com a implantação de um Estado proletário. Em tempos recentes, porém, políticas de identidade semelhantes teriam assumido outra forma, a de *lutas pelo reconhecimento*.<sup>11</sup> “A luta pelo reconhecimento é finalizada pela afirmação de determinadas identidades, pela atestação de sua autenticidade, e por último pela construção de um horizonte multicultural caracterizado pelo mútuo respeito entre as identidades e pela tolerância nos confrontos das suas expressões.”<sup>12</sup>

Não que tais lutas sejam desprezíveis, longe disso; mas o fato é que, ainda conforme a análise de Hardt e Negri, elas se mostram incapazes de portar um conteúdo realmente, radicalmente revolucionário. Seu limite está precisamente na busca de reconhecimento (defesa e afirmação) da identidade que as anima; no fundo, luta-se por uma reapropriação, não pela revolução, isto é, invenção e criação do novo. São lutas, no vocabulário estipulado em *Commonwealth*, pela *emancipação*, não pela *liberação*. Num caso, há o esforço de conquistar a liberdade de identidade, de ser o que se é, a autodeterminação; no outro, o da liberação, o escopo é a liberdade de determinar o que cada um pode se tornar.

11 *Comune*, ob. cit., pp. 327-328.

12 *Comune*, ob. cit., p. 328.

A luta emancipatória é atravessada pela fossilização da produção de identidade, subjetividades instituídas apenas; já a de liberação se empenha na produção de subjetividades.<sup>13</sup> Por isso só a liberação poder caracterizar-se como um programa realmente revolucionário, uma vez que implicaria (ao contrário da manutenção) a abolição da própria identidade. Em suma, as lutas de emancipação, ao preservar a identidade, parecem incapazes de radicalmente pensar um outro mundo; por ser a emancipação sempre buscada no panorama dado, no presente estado de coisas. Acantam-se assim, querendo ou não, no reformismo, jamais numa política revolucionária.

“A política revolucionária não se propõe só a melhorar as condições dos trabalhadores no interior das estruturas capitalistas. [...] Uma política de classe revolucionária deve destruir as estruturas e as instituições da subordinação dos trabalhadores e portanto deve visar à supressão da identidade operária pondo em movimento a produção de subjetividade e um processo de inovação social e institucional.”<sup>14</sup>

As lutas de liberação, pelo contrário, são aquelas que portam em si a radicalidade de um projeto de outro mundo; apresentam-se invariavelmente como um *altermundismo*: não quero apenas ser livre como sou, quero me tornar outra coisa; não quero remendar este mundo, quero construir outro. Ou seja, em vez da busca do reconhecimento de uma identidade, destruição dessa identidade; portanto, ao invés de remendos, movimento de abolição, supressão da identidade e do próprio panorama em que ela se instala. Era a direção assumida, afirmam enfim Hardt e Negri invocando Mario Tronti, pelas mais radicais lutas operárias nos anos 60 e 70. Com efeito, como disse Tronti, para lutar contra o capital e solapá-lo desde a raiz “a classe operária

13 *Comune*, ob. cit., pp. 329-330.

14 *Comune*, ob. cit., p. 331.

deve lutar contra si mesma enquanto capital. Luta operária contra o trabalho, luta do operário contra si mesmo como trabalhador”.<sup>15</sup>

Ora, para os autores de *Commonwealth* o grande exemplo desse tipo de luta revolucionária de liberação mediante a destruição da própria identidade é a *recusa do trabalho*, tal como foi se forjando na Itália ao longo dos anos 60 até assumir a inteira maturidade na virada da década; muito precisamente, surge-lhes como modelar a forma que tal recusa assumiu, como programa revolucionário, entre os trabalhadores do complexo petroquímico de Porto Marghera.<sup>16</sup> Como observa Negri num texto em que recorda sua militância ali nas décadas de 60 e 70, em Marghera tem-se um verdadeiro “paradigma da autonomia operária”, com a instituição de uma nova unidade de classe mediante novos objetivos (“já biopolíticos”) e luta revolucionária.<sup>17</sup>

\* \* \*

Quem atravessa a Ponte da Liberdade para alcançar Veneza, especialmente se se pela primeira vez, pouco dispersa a vista para os lados. Naturalmente, de tal modo o olhar é capturado pela expectativa das maravilhas da Sereníssima que pouca atenção se concede a sua *terraferma*. Pois é nesta, à direita e à esquerda de quem chega, que está Porto Marghera.

Ali, em 1921 instala-se a primeira indústria química; em 1924 já são 27 estabelecimentos em funcionamento; em meados da década de 30 lá se produz o

15 Apud *Comune*, ob. cit., p. 330. A citação pode ser encontrada em Mario Tronti, *Operai e capitale*. Roma: DeriveApprodi, 2006 (1ª edição de 1966), p. 262; passagens de mesmo teor estão em várias partes do livro trontiano.

16 De maneira geral, sobre a estratégia da recusa do trabalho, suas razões práticas e teóricas e seu vínculo com o operarismo italiano, ver Kathi Weeks, “The refusal of work as demand and perspective”, em Timothy S. Murphy e Abdul-Karim Mustapha (org.), *The philosophy of Antonio Negri*. Londres: Pluto Press, 2005, vol. I.

17 Negri, “Un intellettuale tra gli operai”, em Devi Sacchetto e Gianni Sbrogiò (org.), *Quando il potere è operaio. Autonomia e soggettività politica a Porto Marghera (1960-1980)*. Roma: Manifestolibri, 2009, p. 149.

enxofre empregado na preparação da iperita ou gás mostarda que as tropas fascistas usam contra os etíopes entre 35-36, ao invadir e ocupar a então Abissínia. As instalações do petroquímico começam a operar em 1951, com o auxílio da multinacional Monsanto que vende maquinário e patentes aos italianos. Graças ao milagre econômico, na década de 60 Marghera torna-se um dos mais importantes complexos industriais da Europa; em 1966, particularmente, a fusão entre Edison e Montecatini dá origem à gigante Montedison, ativa em inúmeros ramos da indústria e que emprega quase metade dos 30.000 operários ativos em Marghera. É nesse período miracular que a comuna de Mestre, a *terraferma* veneziana, conhece um salto demográfico por conta dos que acorrem aos postos de trabalho no petroquímico e torna-se uma grande cidade-dormitório. No porto se trabalha e ali se morre pelo trabalho. Por décadas substâncias químicas são dadas ao ar e às águas da lagoa de Veneza e do Adriático, prática só interrompida em 1990 após denúncias, manifestações e pressão de grupos ambientalistas (notadamente o Greenpeace). Por anos a fio trabalhadores exercem seu ofício expostos a substâncias venenosas e cancerígenas, especialmente o CVM (cloreto de vinila monômero) utilizado na produção do PVC (cloreto de polivinila); em 1994 a associação “Medicina democratica - Movimento di lotta per la salute” apresenta os dados de uma pesquisa que demonstra alta incidência de mortes por tumor entre os que trabalham com o CVM e o PVC; 25% deles morreram com uma idade média de 55 anos, 86% destes com tumor. Em meados da década de 90 tem início um processo contra dirigentes de empresas de Marghera que teriam exposto trabalhadores a tais substâncias mesmo conhecendo seus efeitos cancerígenos.<sup>18</sup> Em 15 de dezembro de 2004, após longo processo, a Corte de Apelação de Mestre sentencia 5 ex-dirigentes da Montedison a penas de um ano e meio por homicídio culposos; sentença confirmada em maio de 2006.<sup>19</sup>

18 Na Itália, em particular, as propriedades cancerígenas do CVM são comprovadas em 1973 após pesquisas do oncologista Cesare Maltoni.

19 As informações aqui fornecidas foram recolhidas das seguintes fontes: Claudio Calia, *Porto Marghera. La legge non è uguale per tutti*. Ponte de Piave (Itália): Becco Giallo, 2007; Fabrizio Fabbri, *Porto Marghera e a laguna di Venezia. Vita, morte, miracoli*. Milão: Jaca Book, 2003; o

Em Porto Marghera luta-se. Combate-se tenazmente um trabalho que nem dignifica nem enriquece, apenas corrói, literalmente, os corpos dos que vendem sua força-trabalho. Nesse respeitante, é algo novo o que lá vai surgindo. A crer no relato de Antonio Negri, uma movimentação diferente da usual no restante do país e que deve muito à própria situação regional do Vêneto: uma classe operária pouco significativa, com baixos índices de sindicalização, o que conduz a certo isolamento do movimento de Marghera em face do restante do país. Mas é justo tal isolamento que constitui a sua “especificidade” e faz toda a riqueza dessa experiência, pois permite um tipo de luta diferente, ao largo do sindicalismo, das rédeas a ele impostas pelo Partido Comunista Italiano, que sempre buscara manter os sindicatos sob a pesada influência de sua política central. A autonomia operária se torna então tema fundamental; os trabalhadores se organizam em comitês de fábrica e começa a funcionar o Comitato operaio que congrega todos os operários de Porto Marghera cujo órgão decisório máximo é a assembleia geral; sua estratégia é o conflito contínuo, a permanente insubordinação; seus instrumentos principais são a greve e o piquete. Em dezembro de 68 um panfleto assinado pelo Comitato resume assim a descoberta de que a gestão autônoma da luta é possível: “o piquete e a assembleia foram as conquistas organizativas das lutas passadas; em torno a esses instrumentos se realizou de novo a unidade operária”.<sup>20</sup> O lema dessas lutas é “a saúde não se paga” e a isso se segue um tenaz questionamento da racionalidade capitalista que condena à morte lenta os que produzem seu lucro e do mundo do trabalho sobre o qual o sistema se ergue. A força da luta operária, explica outro documento do Comitato, é “a elementar simplicidade do interesse de classe dos operários: menos trabalho mais salário, menos trabalho porque o único modo de ataque operário também sobre o plano do emprego, mais salário, chega do salário ligado à produtividade: o salário deve

---

rico livreto que acompanha o DVD *Porto Marghera – the last firebrands*, disponível em: [http://libcom.org/files/firebrands\\_booklet\\_2\\_horizontal.pdf](http://libcom.org/files/firebrands_booklet_2_horizontal.pdf) ; o documentário de Giambattista Assanti, *Le lacrime amare di Porto Marghera*, 2007, disponível em: <http://www.youtube.com>  
 20 Apud Gianni Sbrogiò, “Il lungo percorso delle lotte operaie a Porto Marghera”, em *Quando il potere è operaio*, ob. cit., p. 33.

ser ligado às exigências materiais de vida do operário”.<sup>21</sup> De pouco em pouco, as lutas em Marghera tendem a organizar-se em torno a um eixo que é a *recusa do trabalho*, a perspectiva radical e revolucionária de que não se trata apenas de emancipar o trabalho da exploração (afirma a sua identidade), mas liberar-se do trabalho que produz e reproduz o capital. Em suma, destruir o capitalismo desde a sua base até a sua reprodução social mais ampla; “articular a recusa do trabalho em momentos reivindicativos que, a partir da recusa da produtividade na fábrica, estendam esse ataque à produtividade social do capital.”<sup>22</sup> A luta em Porto Marghera, até por seu específico entorno (se ainda hoje as condições de trabalho podem ser terríveis, imagine-se o que era um complexo petroquímico na década de 60!), como que redescobre uma oposição cabal entre trabalho e vida que já fora enunciada havia muito por Marx mas bem amiúde esquecida até pelos regimes automeados “marxistas”, que deram margem ao surgimento de todas as balelas stakhanovistas: *a vida acaba onde o trabalho começa e vice-versa*.<sup>23</sup> O questionamento da vida devotada à produção, a índices de produtividade e eficiência que se alcançam pela corrosão da saúde é algo que só se combate pela via revolucionária, isto é, pela autodestruição do operário como produtor de capital, destruição da civilização do trabalho. Eis a potência da recusa do trabalho.

É como testemunho dessa luta revolucionária e paradigmática que gostaríamos de propor a tradução de um documento programático crucial elaborado pelo Comitato operaio de Porto Marghera, publicado em 1970 e cujos termos diretos dizem tudo: não existe liberdade sem destruição do trabalho.

---

21 Apud Sbrogiò, “Il lungo percorso delle lotte operaie a Porto Marghera”, art. cit., p. 37.

22 Sbrogiò, “Il lungo percorso delle lotte operaie a Porto Marghera”, art. cit., p. 40.

23 Cf. Marx, *Travail salarié et capital* em *Œuvres, Économie I*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1963, pp. 204-205: o trabalho é uma “atividade vital” que tem de ser vendida para assegurar a existência do indivíduo. O trabalhador assalariado “trabalha para viver” e assim se forja uma oposição entre o trabalho como atividade vital e a própria vida do trabalhador. Este “não toma o trabalho enquanto tal como fazendo parte de sua vida; é antes o sacrifício dessa vida. (...) A vida começa para ele quando essa atividade termina”.

## TRADUÇÃO

**A recusa do trabalho<sup>1</sup>**

*Comitato Operaio di Porto Marghera*  
*(tradução de Homero Santiago)*

O que significa destruir o poder dos patrões? Quem são e o que querem os patrões? Parecem perguntas estúpidas, mas na realidade são fundamentais a fim de estabelecer qual deve ser a nossa linha política contra eles.

O que devemos dizer antes de tudo é que é falso o lugar comum de que os patrões exploram os operários para enriquecerem. Esse aspecto sem dúvida existe, mas a riqueza dos patrões não é em nada proporcional ao poder deles. Por exemplo, Agnelli<sup>2</sup> em proporção aos carros que produz deveria andar vestido de ouro, porém ele se contenta com um barco e um avião privado, o que pode muito bem se permitir um outro patrão com uma fábrica bem mais modesta do que a FIAT. O que interessa a Agnelli é a conservação e o desenvolvimento do seu poder, que coincide com o desenvolvimento e o crescimento do capitalismo: ou seja, o capitalismo é uma potência impessoal e os capitalistas agem como seus funcionários; tanto é verdade que nem mesmo os patrões são mais necessários ao capitalismo, na Rússia por exemplo há capitalismo sem que haja patrões. Na Rússia o que revela a presença do capitalismo é a presença do lucro. Que a distribuição do lucro seja “mais justa” que na Itália provavelmente é verdade, mas a revolução comunista não deve tornar mais justa a distribuição

---

1 “Il rifiuto del lavoro”. Primeiramente publicado nos *Quaderni dell'organizzazione operaia*, Porto Marghera, nº 1, 1970, mimeografado, pp. 26-34; Republicado em *Quando il potere è operaio. Autonomia e soggettività politica a Porto Marghera (1960-1980)*. Org. de Devi Sacchetto e Gianni Sbrogiò. Roma: Manifestolibri, 2009, pp. 161-165.

2 Referência a Giovanni Agnelli (1921-2003), então principal acionista e dirigente da FIAT.



do lucro social, mas solapar as relações de produção capitalistas que criam o lucro. É preciso sim solapar um sistema social que faz com que as pessoas sejam obrigadas a trabalhar. Nesse sentido devem ser avaliadas também as experiências de revoluções chinesas e cubanas.

O capitalismo está substancialmente interessado, antes de tudo, em conservar essa relação de poder contra a classe operária e usa o seu desenvolvimento para reforçar sempre mais esse poder.

Quer dizer que todas as máquinas, as inovações tecnológicas, o desenvolvimento das indústrias, o próprio subdesenvolvimento de algumas zonas, são usados para controlar politicamente a classe operária. Há exemplos já clássicos desse comportamento capitalista; por exemplo, a introdução da linha de montagem em torno dos anos 20 foi uma resposta à onda revolucionária que abalou o mundo nos anos imediatamente seguintes à primeira guerra mundial. Queriam fazer desaparecer aquele tipo de classe operária qualificada que tornara possível a revolução russa em 17 e o movimento dos conselhos de fábrica em toda a Europa. A linha de montagem desqualificou todos os operários, forçando o recuo da onda revolucionária e modificando também o modo de manifestar-se da luta de classe; tudo isso se traduziu em muitos países numa derrota política definitiva, na falta de uma organização política que tivesse a capacidade de modificar a sua intervenção conforme o novo tipo de comportamento operário. Mas agora essa estrutura técnica se voltou contra o capital, produzindo uma massificação das reivindicações salariais que encontra na estrutura assim achatada do ciclo de produção em fábrica um dos seus motivos principais. Assim, enquanto o capital está revolucionando essa estrutura busca eliminar operários e dispor os outros em leques salariais bem mais amplos que os atuais, tudo isso através da introdução da automação que se configura como um verdadeiro ataque político à classe operária.

Essa manobra já se deu na América, e a única razão pela qual os patrões não a repetiram ainda na Itália é que eles não estão certos de poder controlar a resposta operária a esse ataque. Assim se vê que o progresso, o desenvolvimento tão alardeado pelos patrões e pelos seus servos, não é mais que uma tentativa contínua de adequar a organização do capital coletivo ao ataque da

classe operária. O progresso tecnológico não é jamais algo neutro e inevitável, como dizem desde sempre patrões e sindicatos toda vez que se fala de demissões pela introdução de novas máquinas. Justamente porque creem na balela da neutralidade da ciência, os sindicatos limitam nesses casos as lutas à defesa do posto de trabalho (Sirma, Leghe Leggere,<sup>3</sup> etc.) e nunca enfrentam o problema do ponto de vista da redução do horário de trabalho. Eles creem ou fingem crer que seja verdade o que diz o patrão: que, por exemplo, naquela seção, com a introdução daquela máquina, não podem trabalhar ali digamos mais de cem operários dos duzentos da seção, e que os outros devem ir embora porque são vítimas do inevitável progresso.

Mas os operários têm uma lógica diversa: eles pensam que, em vez de trabalhar oito horas em cem, depois da introdução da mencionada máquina podem muito bem trabalhar em duzentos fazendo quatro horas por cabeça. Esta lógica, além de aliviar o peso da permanência na fábrica, resolveria também o problema do desemprego.

Os operários não são, portanto, contra as máquinas, mas contra aqueles que usam as máquinas para fazê-los trabalhar. A quem diz que trabalhar é necessário, nós respondemos que a quantidade de ciência acumulada (ver, por exemplo, as viagens à lua) é tal que pode reduzir de imediato o trabalho a fato puramente secundário da vida humana, ao invés de concebê-lo como a “razão mesma da existência do homem”. A quem diz que desde sempre o homem trabalhou. Nós respondemos que na Bíblia está escrito que a terra é plana e que o sol gira em torno dela: antes de Galileu essa era a verdade, era uma coisa que tinha existido desde sempre, era o ponto de vista científico. Mas o problema não é dar demonstrações científicas, e sim solapar a atual ordem social impondo os interesses de quem materialmente criou as condições para que isso aconteça, isto é, impondo os interesses da classe operária. Só afirmando esses interesses, quebrando o poder político que a eles se contrapõe, pode-se pensar em criar as condições de existência de uma sociedade melhor que a atual.

<sup>3</sup> Empresas instaladas em Porto Marghera.

Por isso é necessário à parte operária criar uma organização que esteja em condições de rechaçar o controle político dos patrões; assumir todo o poder necessário para que sejam os interesses de classe a triunfar. Atualmente são os patrões e seus mecanismos de poder que utilizam tudo, da ciência à luta operária, enquanto esta não se põe realmente o objetivo da destruição das relações de produção, isto é, escapar ao controle político dos patrões.

A exigência de controlar os operários politicamente e de manter o próprio poder é tão forte nos patrões que para isso estão dispostos até a perder dinheiro. Por exemplo, na América são eles mesmos que vão contra o progresso. Em certas fábricas, onde há tempos fora introduzida a automação e, portanto, reduzido o número dos operários, com as pressões maciças das lutas que se desenvolvem na sociedade americana, lutas que são conduzidas, sobretudo, pelos desempregados negros, preferiu-se retornar aos velhos sistemas produtivos para poder dar trabalho a eles. Isso evidentemente não quer dizer que os desempregados negros tivessem em mira esse resultado, mas demonstra o uso que os patrões fazem da ciência, isto é, o controle político que através dela eles conseguem exercer sobre a classe operária. Esse comportamento dos patrões demonstra, portanto, duas coisas: primeiro, o progresso não é um fato neutro e ele é decidido exclusivamente segundo um ponto de vista particular que é o do controle político sobre as forças que podem tolher o poder do capitalismo, segundo, esse controle se exerce antes de tudo através do trabalho; de fato os patrões daquelas fábricas americanas não quiseram, absolutamente, para poder fazer trabalhar os recém-contratados, reduzir o horário de todos, mas continuar a manter também com o novo quadro o horário de antes, à custa de retornar às condições produtivas anteriores à automação das instalações. Em suma, o capital está disposto a levar prejuízo, a construir instalações tecnicamente superadas, a fim de controlar os operários politicamente; para isso ele está disposto até a pagar pessoas que trabalham completamente em vão. É aqui que o discurso da recusa do trabalho se torna atual. Com esse desenvolvimento das máquinas seria possível trabalhar muito menos, contanto que as máquinas inventadas pela ciência moderna não virassem monopólio exclusivo da América e

da União Soviética, como acontece agora, mas seja possível utilizá-las em todo o mundo. É preciso impor a lógica operária segundo a qual é preciso inventar tantas máquinas quantas necessárias para reduzir sempre mais o tempo de trabalho até fazê-lo tendencialmente sumir. A essa altura falar de socialismo não é mais possível, o socialismo é o que existe na Rússia, uma nova organização do trabalho, mas os operários querem trabalhar sempre menos, até fazer desaparecer toda forma de obrigação efetiva ao trabalho.

Não é verdade que nesta sociedade sejamos livres. Somos livres só para nos levantar toda manhã e ir para o trabalho. Quem não trabalha não come! Isso é liberdade? Há uma coisa que impede a nossa liberdade: o trabalho; na realidade somos obrigados a trabalhar. O dito segundo o qual o trabalho enobrece é uma invenção patronal.

Quando todos os homens forem liberados da necessidade de trabalhar, por terem o que comer, o que vestir e o que satisfazer os seus desejos sem trabalhar, então haverá verdadeira liberdade! Nós sustentamos que desde já com as máquinas que existem seria possível realizar muitas dessas coisas que ditas assim parecem ficção científica. No CV 16, por exemplo, durante as últimas greves “contratuais” de 1969, a direção manteve em operação as autoclaves daquela seção servindo-se dos novos instrumentos para a condução automática das instalações: os operários estavam em casa e as instalações continuavam a produzir. Para demonstrar ser mais forte, o patrão naquela ocasião não se preocupou em mandar pelos ares todos os discursos sobre a necessidade do trabalho humano.

Assim, no estabelecimento da Montedison Azotati<sup>4</sup> funciona um computador que conduz em “automático” a instalação de síntese do amoníaco: também aí se conta com o aumento da produtividade e não se põe o problema da diminuição do horário de trabalho.

Em instalações como essas é bem mais demonstrável como o interesse do sistema é usar o trabalho como forma de controle político sobre os operários.

4 Uma das repartições da Montedison S.p.A., grande grupo industrial (sobretudo da indústria química), atuante em Marghera até 2002.



De fato, o aspecto manual da operação e o esforço psíquico são reduzidíssimos; resta só a imposição da presença física do operário ao lado da máquina, resta a violência capitalista que quer o homem condicionado e submetido à máquina.

Mas quais são os meios para abolir tudo isso? Trata-se de quebrar o mecanismo de controle que o capital predispôs sobre os operários.

Ninguém está em condições de conjecturar quais serão os atos concretos com que essa ruptura se realizará, e muito menos é possível responder à pergunta daqueles que nos indagam o que pensamos substituir àquilo que devemos destruir. O problema não é esse; em nenhuma das grandes revoluções da história se sabia a priori o que substituiria aquilo que se estava abatendo, pois as modificações no caráter das pessoas, nas relações entre as classes são tão radicais nos períodos revolucionários que tornam impossível qualquer hipótese histórica.

O que os operários deverão fazer para abater o capitalismo modificará a história dos homens de maneira muito mais profunda e radical que a Revolução Francesa e, por isso, é impossível prever o que acontecerá depois. O que é importante agora, ao invés disso, é ver como se faz para destruir o que existe.

Fazer a revolução também vira um termo inadequado, tomar o poder também. De fato, o poder é mais que tudo uma linha política que se impõe ao desenvolvimento, todas as estruturas da sociedade formam a organização que os patrões se deram para poder impor essa sua linha política. Trata-se de criar uma organização mais forte que a dos patrões em torno da nossa linha política. Por isso, nós dizemos que os operários são contra a sociedade, que são diversos dos outros na medida em que a sociedade está toda estruturada contra eles e inclusive vem se aperfeiçoando dessa maneira como resposta aos movimentos da classe operária.

A luta da classe operária é, de fato, como vimos o principal incentivo ao desenvolvimento do capitalismo: pense-se no maio francês em que as pequenas fábricas entraram em crise na sequência dos aumentos salariais arrancados pelos operários com a sua luta revolucionária, e isso favoreceu a concentração do capital e o desenvolvimento do monopólio. Pense-se na União Soviética, em que

a revolução de 17 de tal modo acelerou o desenvolvimento capitalista que transformou um país atrasado como era a Rússia czarista num dos mais fortes países capitalistas do mundo.

O capital é, em suma, uma potência que se reproduz para lá da boa vontade de cada indivíduo; o problema da sua eliminação não está, portanto, na eliminação da propriedade privada, mas na destruição mesma da relação de produção, isto é, na destruição da necessidade de trabalhar para viver.